

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.512 - RS (2020/0078946-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE NOVO HAMBURGO - SJ/RS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS
INTERES. : ALEXANDRE GUIMARAES E OUTRO
ADVOGADO : HIRAM BANDEIRA PAGANO - RS088282
INTERES. : LUIZ PAULO DOS SANTOS BRAGA E OUTRO
ADVOGADO : JAIR CANALLE - RS069380

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL. POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 66 DO CPC. AÇÃO POSSESSÓRIA POR MEIO DA QUAL SE PLEITEIA A IMISSÃO NA POSSE DE IMÓVEL ARREMATADO EM LEILÃO JUDICIAL PROMOVIDO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CREDORA FIDUCIÁRIA. AÇÃO ANULATÓRIA DAS HASTAS PÚBLICAS AJUIZADA PELOS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS DO BEM ARREMATADO EM FACE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONEXÃO. PREJUDICIALIDADE. SUSPENSÃO. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO EM CASO ANÁLOGO (AGRG NO CC 112.956/MS, MIN. NANCY ANDRIGHI, DJE DE 02/05/2012). CONFLITO CONHECIDO PARA, MANTENDO A COMPETÊNCIA DOS JUÍZOS ENVOLVIDOS PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS RESPECTIVAS DEMANDAS, DETERMINAR A SUSPENSÃO DA AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE NOVO HAMBURGO - SJ/RS em face do JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS nos autos de imissão na posse movida por ALEXANDRE GUIMARAES E OUTRO em face de LUIZ PAULO DOS SANTOS BRAGA E OUTRO.

Ajuizada ação de imissão na posse perante o Juízo Estadual Suscitado,

esse magistrado se declarou incompetente para julgar a demanda, declinando da competência para o Juízo Federal. Afirmou o suscitado que em razão da existência de ação perante a Justiça Federal, na qual se pleiteia a anulação das hastas públicas, que culminaram na arrematação do imóvel objeto da lide pelos autores da possessória, seria prudente a reunião dos processos de modo a se evitar a prolação de decisões conflitantes entre os juízos.

Recebidos os autos, o Juízo Federal da 1ª Vara de Novo Hamburgo - SJ/RS suscitou o presente conflito ao argumento de que inexistia prevenção no caso, haja vista que a ação de imissão na posse em curso no Juízo Estadual se desenvolvia entre pessoas físicas destituídas da prerrogativa de foro *rationae personae* perante a Justiça Federal (art. 109, I, da CF). Sustentou, ainda, que mesmo se presente a conexão, essa não autorizaria o deslocamento da competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal, pois não existia interesse jurídico de ente federal na ação possessória. Defendeu, também, que não havia risco de decisões conflitantes.

Por fim, sustentou que cabia ao Juízo Federal processar e julgar a ação anulatória da venda promovida pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, e ao Juízo Estadual processar e julgar a ação de imissão de posse que somente envolve particulares.

É o relatório.

Decido.

Com fundamento na orientação contida no artigo 955, parágrafo único, inciso I, do CPC e na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastantes numerosas da Colenda 2ª Seção.

Colhe-se dos autos que o imóvel objeto da controvérsia na origem foi arrematado pelos ora interessados, ALEXANDRE GUIMARAES e CARLA TATIANE SPANIOL, em leilão promovido pela Caixa Econômica Federal, que consolidou a propriedade do imóvel por ser credora fiduciária dos interessados

LUIZ PAULO DOS SANTOS BRAGA e RITA ANGELITA BUENO BRAGA.

Após a arrematação do imóvel, os interessados ALEXANDRE e CARLA ajuizaram, perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Novo Hamburgo - RS, ação de imissão na posse nº 5003996-38.2019.8.21.0019 em face dos interessados LUIZ e RITA buscando a imissão na posse do imóvel arrematado. Nessa ação, o juízo singular deferiu a medida liminar para que os requerentes fossem imitados na posse do bem.

Num segundo momento, após a apresentação da contestação com alegação da existência de prevenção e litispendência, o Juízo Suscitado se declarou incompetente para julgar a ação, ao fundamento de que tramita na Justiça Federal de Novo Hamburgo ação nº 5015020-46.2019.4.04.7108, visando a anulação das hastas públicas em que os autores da possessória adquiriram o imóvel objeto da lide. Então, revogou a liminar anteriormente concedida e determinou a remessa do processo ao Juízo Federal, vez que *"Inegável a possibilidade de conflito entre as decisões proferidas pelos Juízos, sendo prudente a reunião dos processos"* (e-STJ, fl. 80).

De outro lado, o Juízo Federal da 1ª Vara de Novo Hamburgo - SJ/RS, no processo autuado sob o nº 5002776-51.2020.4.04.7108, ao suscitar o presente conflito, asseverou que *"a prevenção só fixa a competência do juízo em se tratando de dois ou mais juízos com competência relativa. Não é o caso, em que o Juízo Federal é absolutamente incompetente para processar e julgar ação entre particulares, visto que se tem uma pretensão de imissão de posse envolvendo, nos polos ativo e passivo, pessoas físicas destituídas da prerrogativa de foro rationae personae perante a Justiça Federal"* (e-STJ, fl. 144).

Sustentou, ainda, que *"A conexão, por sua vez, ainda que estivesse presente, não serviria para deslocar a competência do Juízo Estadual para o Juízo Federal, pois também só atua para reunir processos em um juízo que tenha competência ao menos relativa para julgar as causas. Não é o caso, em que o Juízo Federal é absolutamente incompetente para processar e julgar"*

ação entre particulares, em que não há interesse jurídico de qualquer ente federal" (e-STJ, fl. 144).

Defendeu, também, que não era possível, *"por causas infraconstitucionais de reunião de processos (prevenção, conexão, cumulação de pedidos, risco de decisões conflitantes, etc.), fixar a competência da Justiça Federal para processar e julgar litígio existente exclusivamente entre pessoas físicas, pois tais pessoas não estão arroladas no art. 109, inciso I, da Constituição Federal como detentoras da prerrogativa de foro rationae personae perante a Justiça Federal" (e-STJ, fl. 145).*

Em complemento, asseverou que não havia risco de decisões conflitantes entre os Juízos, pois bastaria ao magistrado estadual, ao apreciar o pedido de imissão de posse, verificar se os pedidos formulados na ação em curso na Justiça Federal foram acolhidos ou não (e-STJ, fl. 146).

Por fim, arrematou que *"compete ao Juízo Federal processar e julgar a ação anulatória da venda promovida pela CEF, e compete ao Juízo Estadual processar e julgar a ação de imissão de posse que somente envolve particulares" (e-STJ, fl. 147).*

Delimitada a controvérsia, invoco, como razões de decidir, a orientação adotada pela Segunda Seção desta Corte Superior, ao julgar o AgRg no CC 112.956/MG (Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 02/05/2012) em situação análoga à dos autos, no sentido de que, embora não impossível a reunião de processos perante os Juízos Federal e Estadual, necessária era a suspensão de um deles, até o julgamento final do outro, com a finalidade de se enviar decisões conflitantes. Confira-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SFH. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AÇÕES DE IMISSÃO E MANUTENÇÃO DE POSSE PROPOSTAS PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL. POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 115 DO CPC. CONEXÃO. PREJUDICIALIDADE. SUSPENSÃO.

- 1. A mera potencialidade ou risco de que sejam proferidas decisões conflitantes é suficiente para caracterizar o conflito de competência, consoante interpretação extensiva conferida por esta Corte ao disposto no artigo 115 do Código de Processo Civil.*
- 2. Os fundamentos das duas causas não se identificam, em que pese possa ser alegada a conexão, pois há que se reconhecer a existência de um vínculo substancial entre as duas demandas.*
- 3. Segundo o disposto no art. 109 da CF/88, a Justiça Federal é absolutamente competente para julgar ação em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal tenham interesse na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes. Inexistente essa condição, a reunião de ações para julgamento conjunto não é possível, pois a competência absoluta é improrrogável.*
- 4. Há que se reconhecer a existência de uma relação de prejudicialidade entre as demandas, autorizando a suspensão prevista no art. 265, IV, "a", do CPC.*
- 5. Agravo regimental provido.*

No voto-condutor, a relatora, Min. Nancy Andrighi, manifestou-se do seguinte modo:

Cinge-se a controvérsia à verificação do cabimento do conflito de competência e da possibilidade de suspensão do processo em trâmite perante a Justiça Estadual enquanto não decididas as ações propostas perante à Justiça Federal.

I – Considerações iniciais

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado por APARECIDA CALVIS, a fim de determinar “nos termos do artigo 265, IV, a, do CPC, a suspensão da ação de imissão de posse (...) em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande – MS, até a resolução das ações (anulatória, manutenção e imissão de posse), que correm na Justiça Federal” (fl. 8 e-STJ).

Quatro são as ações que originaram o presente conflito de competência:

(i) ação de “anulação de ato jurídico c/c pedido de repetição de indébito”, proposta pela suscitante em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Campo Grande/MS. Nesses autos, a autora pretende a anulação do procedimento de execução extrajudicial que culminou com a arrematação do imóvel que financiou junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio

do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Questiona a autora, nesse sentido, a validade das cláusulas do contrato celebrado entre as partes, especialmente em face do acréscimo do Coeficiente de Equivalência Salarial – CES – aos encargos mensais e da prática de anatocismo, caracterizada pela ocorrência de amortização negativa. Essa ação tramita perante a 2ª Vara Federal de Campo Grande / MS (fls. 14/73 e-STJ);

(ii) ação de “imissão de posse com pedido liminar”: ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face da suscitante, pleiteia a concessão liminar da posse em favor da instituição financeira, nos termos do DL 70/66, bem como a condenação da suscitante ao pagamento de taxa mensal de ocupação, a ser arbitrado pelo Juízo. Essa ação está em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Campo Grande / MS (fls. 466/468 e-STJ);

(iii) ação de “manutenção na posse com pedido de liminar”: proposta pela suscitante em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, requer a concessão de liminar para a manutenção da posse que a autora exerce sobre o imóvel financiado, nos termos do art. 928 do CPC. Essa ação tramita perante a 2ª Vara Federal de Campo Grande / MS (fls. 565/572 e-STJ); e

(iv) ação de “imissão na posse com pedido de tutela antecipada”, ajuizada por ALESSANDRO JACOBSON NOGUEIRA e NADIA RODRIGUES DE OLIVEIRA JACOBSON em face da suscitante. Os autores alegam que adquiriram, por meio de leilão extrajudicial levado a efeito pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o imóvel objeto do financiamento que a suscitante celebrou com a referida instituição financeira. Mesmo após a expedição da carta de adjudicação, contudo, não ocorreu a imissão dos novos proprietários na posse do imóvel, indevidamente ocupado pela suscitante, razão pela qual buscam a tutela jurisdicional. Essa ação está em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande / MS (fls. 693/706 e-STJ).

O Juízo da 2ª Vara Federal de Campo Grande / MS determinou a reunião dos três primeiros processos para julgamento conjunto, tendo em vista a causa de pedir comum a todos eles, ou seja, o contrato de financiamento do imóvel objeto das ações judiciais (fl. 540 e-STJ).

Segundo informa a suscitante, “tanto a ação de manutenção de posse quanto a ação de imissão de posse encontram-se sobrestadas, aguardando a realização de perícia nos autos da ação anulatória, para a prolação de

sentença em conjunto com esta” (fl. 3 e-STJ).

O Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá / MS, por sua vez, deferiu a antecipação de tutela pleiteada nos autos da Ação de “imissão na posse com pedido de tutela antecipada”, ajuizada por ALESSANDRO JACOBSON NOGUEIRA e NADIA RODRIGUES DE OLIVEIRA JACOBSON em face da suscitante. Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento perante o TJ/MS, ao qual foi negado provimento, por maioria de votos, nos termos da seguinte ementa:

(...)

Considerando o resultado do julgamento do agravo de instrumento interposto pela suscitante, para a reforma da decisão que concedeu a liminar, em sede de antecipação de tutela, o Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande / MS determinou a imediata expedição de mandado de imissão de posse em favor dos adquirentes do imóvel no qual reside a suscitante, pois já havia transcorrido o prazo para a desocupação voluntária (fl. 822 e-STJ).

Foi então suscitado o presente conflito de competência por APARECIDA CALVIS, sob o fundamento de que “ao decidir que a circunstância da suscitante estar litigando com a CEF 'não ilide o direito dos adquirentes', o e. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que confirmou a tutela antecipada deferida pelo juízo de primeiro grau, ignorou o risco manifesto de coexistirem decisões conflitantes de juízos distintos” (fl. 6 e-STJ).

Proferi decisão no sentido de não conhecer do conflito de competência, tendo em vista que “Sem a manifestação das autoridades judiciárias acerca da competência para o julgamento de um mesmo processo é impossível reconhecer a configuração do conflito de competência de que trata o art. 115 do CPC” Ademais, as decisões proferidas pelos Juízos Estadual e Federal observaram o limite de suas respectivas competências; e “os fundamentos das duas causas não se identificam, em que pese possa ser alegada a conexão” (e-STJ fls. 849/850).

II – Da Configuração do Conflito de Competência

Embora (i) o art. 115 do CPC disponha que há conflito de competência quando duas autoridades judiciárias, de diferentes esferas, declaram-se competentes ou incompetentes para o processamento e julgamento da lide ou quando existe, entre dois ou mais juízes, controvérsia acerca da reunião ou separação dos processos; e (ii) não tenha havido, na hipótese,

manifestação judicial no sentido de negar ou arrogar competência jurisdicional para o julgamento das ações em que se discute a posse do imóvel no qual reside a suscitante ou mesmo a validade do contrato de financiamento firmado entre ela e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, esta Corte tem conferido interpretação extensiva ao disposto no referido art. 115 do CPC, admitindo ser suficiente para a caracterização do conflito de competência a mera potencialidade ou risco de que sejam proferidas decisões conflitantes.

Nesse sentido:

(...)

Na hipótese, conforme apontado no parecer do MPF, o eventual julgamento de procedência das ações promovidas pela suscitante na Justiça Federal colidiriam frontalmente com a decisão da Justiça Estadual, que determinou a imissão de terceiro na posse do imóvel.

Assim, presente a possibilidade de decisões conflitantes, há que ser conhecido o conflito de competência suscitado.

II- Do mérito do conflito de competência

A causa de pedir da ação possessória que corre perante a Justiça Estadual não tem, necessariamente, relação com os fundamentos pelos quais é questionado o contrato celebrado entre a suscitante e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL perante a Justiça Federal. Com efeito, o direito à posse dos autores da ação de imissão de posse em trâmite perante a 4ª vara Cível da Comarca de Campo Grande / MS decorre da arrematação efetuada em leilão promovido em procedimento de execução extrajudicial iniciado pela instituição financeira.

Os fundamentos das duas causas não se identificam, em que pese possa ser alegada a conexão, pois há que se reconhecer a existência de um vínculo substancial entre as duas demandas, conforme mencionei na decisão de fl. 850 (e-STJ).

Por outro lado, a reunião dos feitos para julgamento conjunto não é possível, pois a competência absoluta para o processamento das ações é distinta e improrrogável, nos termos do art. 102 do CPC. De fato, segundo o disposto no art. 109 da CF/88, a Justiça Federal é absolutamente incompetente para julgar ação em que a “União, entidade autárquica ou empresa pública federal” não tenham interesse na condição de “autoras, rés, assistentes ou oponentes”, e, na hipótese, a CEF não tem interesse na ação

de imissão na posse, proposta em face da suscitante e que tramita perante a Justiça Estadual.

Assim, não se mostra possível a reunião dos processos por conexão, conforme o entendimento pacífico da Segunda Seção desta Corte, no sentido de que (i) a modificação da competência por conexão ou continência aplica-se, tão-somente, nos casos de competência relativa, determinada pelo valor da causa ou pelo território, nos termos do que dispõe o art. 102 do Código de Processo Civil e (ii) a reunião de processos por conexão, como forma excepcional de modificação de competência, só ocorre quando as causas supostamente conexas estejam submetidas a juízos, em tese, competentes para o julgamento das duas demandas (CC 93969 / MG, 2ª Seção, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 05.06.2008).

Mas, por outro lado, há que se reconhecer a existência de uma relação de prejudicialidade entre as demandas, pois a procedência da ação, proposta pela suscitante, na qual se pleiteia a anulação do procedimento de execução extrajudicial que culminou com a arrematação do imóvel que financiou junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como a procedência da ação de manutenção na posse do bem, influenciará diretamente o resultado da ação de imissão na posse, proposta por ALESSANDRO JACOBSON NOGUEIRA e NADIA RODRIGUES DE OLIVEIRA JACOBSON em face da suscitante.

Em hipóteses semelhantes, o STJ, ao apreciar conflitos de competência em que não era possível a reunião dos processos, já se pronunciou pela suspensão de um deles (CC 90.651/MG, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 2ª Seção, DJe de 05.03.2008 e CC 58.908/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 2ª Seção, DJe de 06.08.2007).

Assim, deve ser aplicada a regra prevista no art. 265, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil.

Forte nessas razões, DOU PROVIMENTO ao agravo a fim de conhecer do conflito positivo de competência, para (i) manter a respectiva competência do JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CAMPO GRANDE - SJ/MS, para as ações de anulação de ato jurídico c/c pedido de repetição de indébito; imissão de posse e manutenção na posse, em que figuram como partes a suscitante e a CEF, já reunidas por força da conexão; e do JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE CAMPO GRANDE – MS para o julgamento da ação de imissão na posse com pedido de tutela antecipada, ajuizada por ALESSANDRO JACOBSON NOGUEIRA e NADIA RODRIGUES DE OLIVEIRA JACOBSON em face da suscitante e (ii) determinar

Superior Tribunal de Justiça

a suspensão desta última, de competência do JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE CAMPO GRANDE – MS, com fundamento no art. 265, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil, até o julgamento final das ações em trâmite perante a Justiça Federal.

O presente caso, conforme me referi, é semelhante, devendo-se estabelecer a mesma solução jurídica acerca da manutenção das respectivas competências dos Juízos envolvidos neste conflito, cabendo ao Juízo Estadual o processamento e julgamento da ação de imissão na posse (n.º 5003996-38.2019.8.21.0019) e ao Juízo Federal o processamento da ação anulatória (n.º 5015020-46.2019.4.04.7108), ressaltando-se a necessidade de suspensão da ação de imissão na posse, notadamente, porque a eventual procedência da ação anulatória influenciará diretamente na ordem de imissão na posse já deferida.

Ante o exposto, conheço do conflito de competência para declarar competente: i) o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS para o processamento e julgamento da ação de imissão na posse n.º 5003996-38.2019.8.21.0019, movida por ALEXANDRE GUIMARAES E OUTRO em face de LUIZ PAULO DOS SANTOS BRAGA E OUTRO; ii) o JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE NOVO HAMBURGO - SJ/RS para o processamento da ação anulatória (n.º 5015020-46.2019.4.04.7108); e iii) determinar a suspensão da demanda de competência do Juízo Estadual, com fundamento no art. 313, inc. V, alínea "a", do CPC, até o julgamento definitivo do processo em trâmite perante o Juízo Federal Suscitante.

Comuniquem-se os juízos envolvidos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator